

# EDUCAÇÃO INFANTIL

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Vilmar Araújo de Souza

### 1. Um pouco de sua história

A luta por essa modalidade educacional, Educação Infantil, já é longa, educação esta que trabalha com as crianças de 0 a 6 anos.

A educação infantil, segundo KRAMMER (1993, p. 84), "existe no Brasil há mais de 130 anos e a luta pelo direito assegurado em lei foi definida primeiramente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 4024/61, já a Lei 5692/71 tratou com descaso essa crescente realidade educacional do país".

A mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, está assim descrita:

"Seção II - da Educação Infantil;

Art. 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade;

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos.

Art. 31 - Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

Conforme a lei, podemos refletir que a Educação Infantil não foi colocada como algo a parte, mas também não é obrigatória para as crianças, no entanto, o Estado não pode deixar de considerar a

educação infantil quando vai programar a educação. Como esta é parte integrante da educação básica, ela terá que estar garantida no orçamento do Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Segundo a lei, o Estado é obrigado a oferecer essa educação para todas as crianças que dela necessitem, como também atender a demanda dos pais quando solicitarem a mesma para seus filhos; porém em cima das exigências citadas anteriormente.

A Constituição Federal de 1988 - “reconhece a Educação de zero a seis anos como um dever do Estado. Determina que os municípios desenvolvam programas de Educação pré-escolar com assistência técnica da União e dos Estados e, mais, que atuem prioritariamente nesse nível e no ensino fundamental”.

No país, as creches surgem em grande número para atender as demandas das famílias trabalhadoras, tanto a nível privado, quanto público. Mas também há uma enorme necessidade do poder público responder a essa demanda social que é crescente em todo o país.

No Brasil a educação infantil, enquanto pré-escolas, jardins de infância, maternal e cheches, sempre foi buscada pela elite brasileira, pois sempre teve recursos financeiros ao seu dispor para organizar e garantir a educação dos seus filhos; já com a classe trabalhadora não acontece o mesmo, somente com muita luta, protestos, esperas em longas filas por vagas se consegue espaço para os filhos de trabalhadores. Os trabalhadores devem se organizar sempre mais, para garantir que a Educação Infantil seja assegurada para os seus filhos tanto quanto o espaço físico e estrutura, como também, com o desenvolvimento e formação plena da criança, nesse espaço.

## **2. Como garantir o direito à Educação Infantil**

Uma coisa é a Educação Infantil estar garantida enquanto lei, enquanto direito, outra é fazer valer realmente esse direito junto de nossas crianças. A busca por esse direito deve ser de todos os adultos, comprometidos com a formação dos seus pequenos, pois “os direitos conquistados precisam ser concretizados”(KRAMMER, 1993 p. 72) transformados em ações concretas organizadas.

Portanto, as comunidades que estão preocupadas com a formação dos seus filhos desde pequenos, as famílias que já

compreenderam a importância da participação da mão-de-obra da mulher na produção, ou também, todos aqueles que entenderam que os direitos das crianças precisam ser assegurados para que elas possam trilhar o seu caminho da cidadania.

Para esses então, o desafio é lutar coletivamente para organizar a educação dessas crianças (seus filhos). É lutar tanto pelo espaço físico garantindo um lugar para ficar, se encontrar para estudar, brincar, cantar, se encontrar com crianças, com livros, com espaços de aprendizagens; como também, contribuir com o atendimento, através de trabalhos de pessoas voluntárias da comunidade.

No entanto, a luta não se restringe pela garantia do oferecimento da educação infantil, até porque, historicamente, tem-se vivido a dicotomia educar ou assistir, portanto, outros horizontes se avistam nesta reflexão, porém vamos delimitar esta discussão acerca das questões curriculares.

### 3. Questões Curriculares

A ênfase na melhoria do trabalho realizado na educação infantil tem tido como um de seus correlatos a discussão de como se pode criar condições para que os professores se apropriem de uma concepção dialética de currículo, aperfeiçoando assim, sua prática pedagógica. A educação infantil durante sua trajetória histórica tinha e ainda tem como objetivo preparar a criança para a vida, para o desenvolvimento integral e para o ingresso no ensino fundamental. Revela, assim, uma intencionalidade preparatória, tendo, portanto, um caráter assistencialista: assistir às necessidades básicas das crianças, alimentação, higiene, suprir as carências afetivas, emocionais e cognitivas. Se a ênfase está no suprir, logo o aspecto educativo enquanto construção de novos valores sociais e emancipatórios fica em segundo plano.

As últimas décadas têm apontado, embora que timidamente, algumas preocupações com as funções da educação infantil, enquanto instituição escolar, procurando assegurar o cumprimento de objetivos mais específicos, criando uma identidade própria, na busca da transformação cultural dos objetos do conhecimento.

Vejam que se trata puramente de uma concepção teórica de educação, não se trata de negar às crianças o alimento, a higiene,

etc., mas que estes encaminhamentos metodológicos estejam comprometidos com um projeto educacional que tenha no eixo o compromisso com a escola pública enquanto instituição que trabalha com os anseios e aspirações das classes populares e que no seu projeto pedagógico fique transparente a opção política pela emancipação e construção da cidadania de todos aqueles que a ela tiverem acesso.

“No que diz respeito à prática cotidiana, este currículo está centrado na realização das atividades significativas, que tem objetivos claros do ponto de vista do adulto, e que, ao mesmo tempo, atendem aos interesses e necessidades das crianças, sendo prazerosas e, simultaneamente, geradoras de produtos reais”. (KRAMMER, 1994, p.50)

A concepção de educação infantil ressent-se ainda, tanto no plano dos programas e políticas como no nível concreto dos serviços implantados, de uma orientação de cunho assistencialista e se considerarmos a política adotada no âmbito federal, é possível perceber, na modalidade de atendimento, que apenas uma pequena parcela da população nesta faixa etária tem tido acesso à escola.

O número de creches e a procura por um local para deixar as crianças tem aumentado muito, e um dos fatores que tem contribuído para isso é o temor que os crescentes índices de criminalidade encontrem um terreno propício na chamada “infância abandonada”. A preocupação com uma ação preventiva em relação ao menor acaba engrossando a demanda por atendimento.

São justamente estes órgãos por lidar com grupos organizados da população e pelos mecanismos que detêm no tocante ao repasse de verbas a entidades privadas de cunho filantrópico ou comunitário, que estabelecem vínculos com as pequenas escolas ou creches que surgem nos bairros populares, como respostas locais para o problema. A atuação junto a estas iniciativas acaba por reforçar a orientação de guarda e proteção das crianças, principalmente nos aspectos ligados à higiene, alimentação e segurança. A dimensão educativa é relegada ao “bom senso” ou às noções precárias das chamadas “atividades” com o aluno, passando a ser um remendo empobrecido e destituído dos fins educacionais.

Estas ações acabam por despertar o interesse das autoridades públicas, pois resultam em um suposto barateamento de custos. Para

Rosemberg, este tipo de atendimento é justificado com argumentos apoiados na valorização da “participação e da descentralização”, aliás, princípios que ganham um reforço especial na atual perspectiva de municipalizar boa parte dos encargos educacionais.

O caráter educativo nas creches passa pelo atendimento às necessidades das crianças, sejam elas de ordem física, emocional ou cognitiva. A criança vive a creche como um espaço para fazer amigos e brincar, além de ser alimentada e cuidada. Para justificar esta afirmação, é importante fazer a distinção entre o cuidar e o assistir, das práticas assistencialistas que têm proliferado nos programas de atendimento às creches.

O assistencialismo, como bem afirma (FREIRE, 1978, p.57), “contradiz a vocação natural da pessoa a ser sujeito e não objeto passivo, tirando dela a possibilidade de participar do processo de construção de sua própria identidade”.

O perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que impõe ao homem o mutismo e passividade, não oferecendo-lhe condições para o desenvolvimento ou abertura da consciência crítica. Uma das características do assistencialismo é a passividade e a falta de participação, impedindo o diálogo, necessidade existencial para os homens participarem, não como assistidos, mas como participantes na transformação da sociedade.

A superação do modelo assistencialista de educação requer, entre outros, estudos constantes das muitas teorias e das abordagens do processo educativo que delas tem origem, pois cada uma dessas teorias privilegia um ou outro fenômeno educacional, ocasionando, assim, diferentes encaminhamentos metodológicos e conseqüentemente diferentes práticas pedagógicas.

Em discussões com professores de escolas públicas, se evidencia uma dificuldade na compreensão das concepções teóricas que norteiam a sua prática pedagógica. Em relação às questões curriculares, pode-se verificar, na posição levantada pelas professoras A, B e C quando inquiridas sobre o que é assistencialismo na educação infantil:

“É trabalhar o integral, como: banho, alimentação, trocas, escovação de dentes...” Professora A.

“É trabalhar com criança pequena, tudo o que ela precisa, escovar os dentes, levar ao médico...” Professora B.

“Onde ocorre todo o envolvimento assistencial como: saúde, higiene, afeto, educação...” Professora C.

Como bem evidencia as declarações das professoras, o assistencialismo patrocinado pelo poder público na educação infantil, caracteriza-se pelo paternalismo existente nas escolas, no entanto, o ato pedagógico de alimentar, dar banho, fazer escovação, etc... necessariamente não se caracteriza como mero assistencialismo, porém quando essas ações passam a ser a principal ou a única função das creches, aí sim, podemos associá-las a uma proposta de educação que tem como eixo central as deficiências sociais das famílias.

Conforme pode-se observar nas respostas das professoras, a questão curricular é algo mal resolvido na educação infantil. Veja o que dizem as professoras, quando perguntadas sobre o que é currículo.

“Currículo é o rol das atividades a serem executadas com a criança. Currículo é o nosso próprio planejamento”. Professora B.

“Currículo, seria as matérias ou disciplinas. Tem uma seqüência de conhecimento para ser repassado aos alunos pelos professores”. Professora C.

“É a maneira de seguir e executar as atividades. É tudo o que acontece e construímos juntos, é o planejamento”. Professora D.

Fazendo uma análise das respostas, evidencia-se a dificuldade na compreensão da pergunta que lhes foi formulada, pois acabam afirmando que o currículo está associado apenas às atividades desenvolvidas pela escola. Isto revela uma determinada concepção teórica do trabalho que vem sendo desenvolvido, ou seja, para as professoras entrevistadas a proposta pedagógica é o resultado da justaposição de diferentes teorias educacionais.

Para objetivar um pouco mais os pressupostos teóricos que norteiam as ações pedagógicas na educação infantil, é preciso que os professores tenham claro que nenhuma ação pedagógica é neutra, ela está sempre referenciada em alguns princípios políticos e sociais. A educação se alimenta de várias ciências, norteadas por um eixo político e movida pela história.

#### 4. Novas Perspectivas Curriculares

Uma tendência que vem crescendo muito no Brasil e que pode nos dar um suporte teórico em relação aos objetivos da educação infantil traz no seu eixo discussões como: que tipo de homem queremos formar? Para que sociedade?

Denominada teoria crítica da educação que vê a educação infantil como lugar de trabalho coletivo, reconhece no professor e nas crianças sua condição, e atribui à educação o papel de contribuir para a transformação social.

Nesta tendência privilegiam-se os fatores sociais e culturais, entendendo-os como os mais relevantes para o processo educativo, que tem como meta básica a implantação de uma educação infantil de qualidade, que reconheça e valorize as diferenças existentes entre as crianças e, dessa forma, beneficie a todas no que diz respeito ao seu desenvolvimento e à construção dos seus conhecimentos.

E para concretizar este objetivo, devem ser traçadas algumas metas educacionais: a construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e a solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do autoconceito estável e positivo, a comunicação e expressão em todas as formas e particularmente ao nível da linguagem. É em função dessas metas que o currículo deve ser pensado e a prática pedagógica desenvolvida.

A partir dessa concepção, o currículo da educação infantil então é elaborado partindo-se deste referencial, levando em conta as características específicas das crianças, do momento em que vivem e as interferências do meio que as circunda.

Nesta perspectiva, percebe-se que, para conseguirmos viabilizar uma proposta educacional de qualidade, é preciso que os profissionais de educação infantil estejam empenhados na busca da transformação da sociedade, pois sem este empenho, sem uma visão crítica e um bom aprofundamento teórico, estaremos sempre realizando a tarefa assistencial em detrimento da educacional.

É preciso deixar claro que o caráter assistencial não está na ação de cuidar da criança, mas sim na forma de como se faz este atendimento. Trata-se, portanto, de uma questão de teoria educacional, enquanto as práticas assistencialistas estão amparadas em propostas pedagógicas conservadoras, que visam manter a hegemonia de uma classe sobre a outra. Precisamos estar teorizando o trabalho na

educação infantil a partir de uma concepção teórica que estabeleça a crítica como elemento propulsor de todo o trabalho pedagógico, tendo como compromisso a emancipação das camadas populares da população.

Discutir as questões curriculares na educação infantil, tendo como referencial filosófico o materialismo dialético, é considerar o desenvolvimento da complexidade da estrutura humana como um processo de apropriação pelo homem da experiência histórico-cultural. Nesta perspectiva, a premissa é de que o homem constitui-se como tal, através de suas interações sociais, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura.

De acordo com a perspectiva dialética sujeito e objeto do conhecimento se relacionam de modo recíproco e se constituem pelo processo histórico-social.

O pensamento de VIGOTSKY nos remete imediatamente a uma discussão acerca dos aspectos sócio-políticos envolvidos na questão do saber: será que o conhecimento construído pelo grupo humano está sendo, de fato, socialmente distribuído? Se a escolarização desempenha papel tão fundamental na constituição do indivíduo que vive numa sociedade letrada e complexa, a exclusão, o fracasso e o abandono da escola, por parte dos alunos, constituem-se, nessa perspectiva, fatores de extrema gravidade.

No entanto, a frequência à escola, por si só, não garante a apropriação do conhecimento. O acesso ao saber dependerá, entre outros fatores, da ordem social, política e econômica e da qualidade do ensino oferecido.

### **Referências Bibliográficas**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

FREIRE, Madalena. **A Paixão de Conhecer o Mundo**: o relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALVÃO, Isabel. HENRI WALLON - **Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

JR. GHIRALDELLI, Paulo. (org.). **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

CLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

REGO, Tereza C. **Vigotsky: uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

SOUZA, Solange Jobim et. al. **Educação ou Tutela: a criança de 0 a 6 anos**. SP, Loyola, 1988.